

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte ESP Class.: SEI 19/04/83  
 Data 19/04/83 Pg.: \_\_\_\_\_

## Índio promove semana para mostrar como vive

A Semana do Índio, promovida pelo Centro de Lazer Sesc-Pompéia e a Comissão Pró-Índio de São Paulo, trouxe à cidade representantes dos xavantes, bororós e guaranis, que deverão ficar até domingo em São Paulo, para destacar a situação em que se encontram as nações indígenas, sua cultura e condições de vida.

Paulo Neri Ecuereu, bororó, chefe do departamento de planejamento da Reserva Neruri, no Mato Grosso, trouxe muito artesanato para vender e fará conferências sobre a devastação de terras e a transformação cultural.

"Na aldeia Jacoregueiaú — explicou — os índios mantêm suas origens, falam seu idioma, dançam e preservam seus atos, mas, em Neruri não somos nem índios nem brancos, porque já aprendemos a usar telefo-

ne, ouvir rádio e acho que isso descaracterizou completamente a nossa cultura. A televisão ainda não entrou na nossa aldeia e nem vai entrar, porque cria maus hábitos, mas já temos uma inevitável transformação cultural e estamos muito preocupados com este problema."

Apesar disso, ele considera este contato com a cidade de extrema importância para os índios que querem aperfeiçoar a vida na reserva, abandonando o machado de pedra, antes utilizado na agricultura e agora substituído por instrumentos e máquinas.

Nicolau Tsererowe, xavante, espera que pelo menos no Dia do Índio os brancos lembrem dele e lhe forneçam agasalhos. Segundo ele, as 1.800 pessoas da aldeia de Sangradouro,

no Mato Grosso, esperam que, com essa visita a São Paulo, os índios sensibilizem parte da sociedade civil e o governo para seus problemas. Assustados com a Capital, ontem os índios reclamavam do barulho, do movimento e, principalmente, dos edifícios. Eles acham que a cidade não oferece as mínimas condições de segurança para ser habitada e temem que os prédios desabem a qualquer momento na cabeça dos homens. Afonso Tschu, xavante, lamentava a destruição da região: "São Paulo está um buraco, colocaram asfalto em cima da terra e acabaram com as árvores".

Eles estarão a partir de hoje, às 9 horas, no Sesc-Pompéia, vendendo seu artesanato. A arte e a cultura indígena em reportagem especial na página 19.)



Em SP assustados com os prédios e reclamando do asfalto

Foto Geraldo Guimarães

## Dourados: DPF apura denúncias

A Delegacia da Polícia Federal em Dourados, MS, assumiu ontem o inquérito que apura as denúncias de espancamentos, trabalho escravo, estupro e até mortes cometidas pela polícia indígena da reserva existente na região, feitas na semana passada pelo índio Jorge Paredes e reiteradas por mais de 50 membros das tribos terena, guarani e caluá. O clima é tenso na área, porque no último fim de semana o "capitão" Ramão Machado, chefe policial da reserva, tentou prender Jorge Paredes, mas foi impedido pelos demais indígenas.

Jorge pediu garantias de vida na Delegacia Central de Polícia e, desde então, está alojado numa sala com sua família. Por outro lado, cinco índios portadores de defeitos físicos, supostamente por causa dos espancamentos, foram submetidos a exames de corpo de delito.

## A população duplica, problemas também

Eles eram 99.700 há 20 anos, mas hoje chegam a quase 200 mil. São os índios brasileiros que, apesar do grande número de mortes e doenças, duplicaram sua população em condições especiais: a subnutrição e a miséria são, atualmente, segundo os técnicos, maiores que no passado. Essa aparente contradição é explicada pela preocupação natural de garantir a preservação da espécie.

O crescimento populacional tornou-se a única "arma" à disposição dos índios, para assegurar a sobrevivência de tribos anteriormente ameaçadas de extinção.

A Funai admite o elevado crescimento demográfico dos índios brasileiros (acima do crescimento vegetativo da população e do próprio crescimento da força econômica do País) e atribui essa situação a dois fatores: elevado índice de natalidade e decréscimo da mortalidade e consequência de "cuidados crescentes de assistência médico-sanitária e projetos agrícolas de subsistência".

### CAUSAS

Índios xavantes de Mato Grosso que obedeciam a um planejamento familiar, conforme antropólogos da USP, trocaram essa prática pela orientação de um de seus líderes: "A partir de agora, a mulher deve criar, criar, criar". A atual política demográfica, surgida dentro das aldeias, é consequência direta da perseguição

dos índios pelos brancos, ou da procura de libertação, e também pode ser entendida por meio de uma frase: "Quanto mais somos, mais fortes seremos".

Além do aumento do número de casamento entre índios de tribos e aldeias diferentes, não há mais guerras. As brigas e disputas, no Alto Xingu, por exemplo, transformaram-se em relações amistosas, permitindo até um mínimo de diálogo. "Lições" do passado não foram esquecidas: em pouco mais de 60 anos desapareceram, no Brasil, um total de 87 grupos indígenas dos 230 que existiam em 1900.

O contato entre brancos e índios provocou sempre um alto índice de mortalidade dentro das tribos, facilitando a proliferação de doenças. Epidemias de varíola, na Bahia, diminuíram de 40 mil para dois mil o número de índios nas missões jesuítas. Em menores porcentagens, a malária e as dermatoses também atingiram as tribos. Em todas elas, houve um "decréscimo do vigor físico" à medida que os indígenas abandonavam seus hábitos tradicionais, "para adotar o procedimento dos civilizados".

Agora, a principal preocupação da Comissão Pró-Índio de São Paulo é conseguir a demarcação das terras indígenas — "a expansão demográfica exige a necessidade de terras" —,

uma promessa feita há cinco anos pelo governo federal, mais ainda não cumprida. As mais recentes alegações da Funai são de que "faltam verbas" para demarcar 70 "áreas de um total de mais de 500, que sofrem invasões de posseiros e fazendeiros.

Para delimitação do primeiro lote de áreas, a Funai solicitou ao governo federal Cr\$ 1,5 bilhão, reduzido inicialmente a Cr\$ 426 milhões e depois a Cr\$ 35 milhões — um valor que não permite sequer a contratação de topógrafos e pessoal de campo, especialistas em demarcação de terras. Enquanto as verbas da Funai diminuem, cresce a tensão social em muitas das reservas espalhadas pelo País.

As frentes de expansão também não são controladas pelo governo e o índio é o maior prejudicado, de acordo com antropólogos da USP. O garimpo, os rebanhos de gado, a pesca predatória com redes de aço, o uso de dinamite e o abate de aves com armas de fogo alteram o equilíbrio ecológico, eliminando a caça da região e modificando, com o uso de defensivos agrícolas, o solo das reservas.

No lugar da fauna e da flora, restam apenas pequenos roedores, insuficientes para alimentar os índios. Estes, sem dinheiro e diante da escassez da caça e pesca, resolvem trabalhar nas fazendas para garantir a sobrevivência de suas famílias. Mu-

dam, assim, seus hábitos, deixando as reservas vazias.

Populações indígenas, em todo o País, ocupam negas de terras desde tempos pré-colombianos, afirmam fontes da Comissão Pró-Índio e, pelo seu estatuto, essas áreas lhes pertencem, independente de qualquer delimitação que venha a ser realizada pelo governo federal. Mantendo seu ecossistema, essas populações teriam mais facilidade de sobreviver, sem alterar seus costumes.

Sem contar com verbas da Funai entretanto, os índios continuarão sem a delimitação de suas terras, além da ameaça de falta de assistência médica adequada, justamente no momento em que o órgão federal anuncia o início de contato com parte dos dez mil índios que ainda desconhecem a civilização.

Atualmente, há frentes de atração nos Estados do Amazonas, Maranhão, Goiás, Pará, Rondônia e território de Roraima. A Funai está fazendo o levantamento de outros seis grupos indígenas, no Amazonas e no Maranhão, para abertura de novas áreas de contato.

Por outro lado, as árvores que pertenciam à reserva dos paracanã serão derrubadas, para ceder lugar ao lago a ser formado com a barragem de Tucuruí e aldeias indígenas serão prejudicadas com a estrada que cortará o parque nacional do Araguaia.

## Ação na Justiça tenta impedir novas invasões

Já está na Procuradoria Geral da República a ação de interdito proibitório movida pelos índios saterê-mauês contra a empresa estatal francesa Elf Aquitaine, que invadiu duas vezes o território daquela tribo, no Médio Amazonas, para realizar trabalhos de pesquisas em busca de petróleo. No dia 8 de abril, representantes da Braselpa — subsidiária da Elf — pagaram Cr\$ 20 milhões ao cacique mandurucu Manuel Cardoso, a título de indenização pelos danos causados pelas pesquisas de prospecção de petróleo realizadas em seu território, mas, em São Paulo, o Centro de Trabalho Indigenista alega que essa não é a melhor forma de se preservar o interesse dos índios: uma ação na Justiça poderá evitar novas invasões.

Em seu comunicado, aquela entidade faz restrições à empresa francesa: "Se, tal como prevê a Petrobrás, houver petróleo nas terras mundurucu e saterê-mauê, este interdito vem no sentido de que os trabalhos não sejam retomados da maneira como estão sendo até ago-

ra — desrespeitando os índios e desrespeitando a lei".

E o Centro do Trabalho Indigenista, mesmo reconhecendo a importância da eventual descoberta de novas jazidas de petróleo, lembra que os índios saterê-mauês estão há séculos em sua região, junto ao rio Amazonas, e que o artigo nº 198 da Constituição Federal prevê: "As terras habitadas pelos silvcolas são inalienáveis nos termos que a lei federal determinar, a eles cabendo a sua posse permanente e ficando reconhecido o seu direito de usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades nelas existentes".

A primeira invasão do território saterê-mauê, em Ponta Alegre, pela Elf Aquitaine, ocorreu no dia 25 de agosto de 1981; a segunda, em setembro de 82. Temendo futuras invasões, as entidades de proteção aos índios têm agido junto ao governo brasileiro e até junto ao governo francês, tentando preservar os direitos dos proprietários daquelas terras.